

Anexo I

Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

(Conforme anexo I do Código dos Contratos Públicos)

1 - Juan José Muñoz Rueda, B.I. Nº 37375293 – V, domiciliado na Ribera del Loira, 60 – 28042 Madrid, na qualidade de representante legal de Endesa Energia, S.A. – Sucursal Portugal, com o número de Identificação Fiscal 980245974 e sede em Quinta da Fonte, Edifício D. Manuel I, Piso 3, 2770-203 Paço de arcos, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia **AQ6/2022**, para aquisição de Serviços (**Fornecimento de Eletricidade em BTE e MT - Ano 2024**), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo I - Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos - Endesa;
- b) Anexo II – Declaração de Preço Contratual (conforme Anexo III ao presente convite) - Endesa;
- c) Anexo III - Certidão Comercial Permanente - Endesa;
- d) Anexo IV - Atributos da Proposta - Endesa;
- e) Anexo V - MT e BTE 2024 (Valor Contratual Estimado Total) - Endesa;
- f) Anexo VI - Proposta de tarifário - Preços Máximos (conforme Anexo III) - Endesa.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 28 de dezembro de 2023